



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO  
CURSO PEDAGOGIA

Keila Maria Rodrigues da Silva

**Possibilidades de intervenções na problemática das violências em contexto  
escolar: um recorte bibliográfico (2012 - 2022)**

Florianópolis

2023

Keila Maria Rodrigues da Silva

**Possibilidades de intervenções na problemática das violências em contexto  
escolar: um recorte bibliográfico (2012 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Apoliana Regina Groff

Coorientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Marta Corrêa de Moraes

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Keila Maria Rodrigues da  
Possibilidades de intervenções na problemática das  
violências em contexto escolar : um recorte bibliográfico  
(2012 - 2022) / Keila Maria Rodrigues da Silva ;  
orientadora, Apoliana Regina Groff, coorientador, Marta  
Corrêa de Moraes, 2023.  
47 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Violências. 3. Professores/as . 4.  
Escola. 5. Intervenções. I. Groff, Apoliana Regina. II.  
Moraes, Marta Corrêa de . III. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. IV. Título.

Keila Maria Rodrigues da Silva

**Possibilidades de intervenções na problemática das violências no contexto  
escolar: um recorte bibliográfico (2012 - 2022)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2023.

---

Coordenação do Curso

**Banca examinadora**

---

Prof.(a), Dr.(a) Apoliana Regina Groff  
Orientadora

---

Prof. Dr. Rogério Machado Rosa  
UFSC

---

Prof.(a) Dr.(a) Maria Fernanda Diogo  
UFSC

Florianópolis, 2023

Dedico este trabalho a todos aqueles que  
desejam manifestar o amor como ato de  
respeito e acolhimento às crianças.

## **AGRADECIMENTOS**

Durante essa jornada do curso muitas pessoas cruzaram meu caminho, me incentivando, dando forças para continuar. Sou imensamente grata a cada um. Agradeço a minha família, em especial a minha mãe que sempre me deu todo apoio e ajuda para que eu continuasse. Essa vitória não é só minha, mas de todos aqueles que vieram antes de mim, que me deram a vida, e o melhor que podiam. Estou honrando a todos da minha família ao ser a primeira a conseguir concluir a graduação.

Agradeço a todos os professores e professoras que me ensinaram a ir além das concepções e práticas homogeneizadoras, controladoras dos corpos e mentes. Constitui em mim uma visão transformadora, respeitosa e que visa o cuidado graças aqueles que plantaram as sementes no meu ser.

Nesta etapa tive a honra de ser orientada por duas professoras incríveis, que me ouviram, me ensinaram, permitindo que eu expandisse meus conhecimentos acerca das possibilidades de intervenções na problemática das violências em contexto escolar. Gratidão Apoliana R. Groff e Marta Corrêa de Moraes, pelo acolhimento, orientação, trocas e aprendizados.

Para concluir, agradeço ao Janusz Korczak, minha maior inspiração, a quem admiro muito por todo trabalho feito às crianças, nos ensinando o sentido do amor como ato de respeito e cuidado. Me sinto profundamente conectada, como se o passado se encontrasse com o presente, minhas palavras refletem a essência que encontrei em ti, e em mim fez morada.

“E se essa ideia de que criança é apenas o que nós queremos que ela seja não passasse de uma ilusão? Quem sabe ela se esconde de nós, quem sabe ela sofre em segredo?”

Janusz Korczak

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar as possibilidades de intervenções na problemática das violências em contexto escolar, em periódicos científicos nas bases de dados SciELO e PePSIC, considerando os artigos publicados entre os anos 2012 e 2022 por autores(as) da área da psicologia. Configura-se como pesquisa qualitativa e bibliográfica, utilizando-se da análise de conteúdo para a sistematização das informações, a partir da leitura na íntegra de 17 artigos. Como resultado chegamos a duas subcategorias de intervenção perspectivadas por professores/as em relação às violências: prevenção e posvenção. Na prevenção encontramos intervenções tais como: ações educativas, demonstração de afeto e regras escolares. Na posvenção encontramos intervenções tais como: acionar o conselho tutelar, omissão, conversas, repressão/punição, suspensão, acionar meios judiciais/polícia, encaminhamento para a direção ou coordenação e comunicação a família. A ação mais utilizada na prevenção foi a educativa e na posvenção a repressão/punição. Nas duas subcategorias foram identificadas ações inadequadas, visto que não estavam alinhadas com a multidimensionalidade do cuidado e indicavam a fragilidade no preparo dos/as professores/ras para o enfrentamento das violências em contexto escolar. Consideramos importante uma formação inicial e continuada que vise preparar os/as professores/as para as ações de intervenção, sobretudo educativas e preventivas, incluindo uma abordagem complexa sobre a relação entre violências, sociedade e escola.

**Palavras-chave:** violências; escola; intervenções; professores/as.

## RESUMEN

Este trabajo de conclusión de curso tuvo como objetivo investigar las posibilidades de intervención en la problemática de las violencias en el contexto escolar, en revistas científicas en las bases de datos SciELO y PePSIC, considerando los artículos publicados entre los años 2012 y 2022 por autores/as del área de psicología. Se configura como una investigación cualitativa y bibliográfica, utilizando el análisis de contenido para la sistematización de la información, a partir de la lectura completa de 17 artículos. Como resultado, llegamos a dos subcategorías de intervención perspectivadas por docentes en relación a las violencias: prevención y posvención. En la prevención encontramos intervenciones tales como: acciones educativas, demostración de afecto y reglas escolares. En la posvención encontramos intervenciones tales como: activar el consejo tutelar, omisión, conversaciones, represión/castigo, suspensión, activar medios judiciales/policía, remitir a la dirección o coordinación y comunicación a la familia. La acción más utilizada en la prevención fue la educativa y en la posvención fue la represión/castigo. En ambas subcategorías se identificaron acciones inadecuadas, ya que no estaban alineadas con la multidimensionalidad del cuidado e indicaban la fragilidad en la preparación de los/as docentes para enfrentar las violencias en el contexto escolar. Consideramos importante una formación inicial y continuada que capacite a los/as docentes para las acciones de intervención, especialmente educativas y preventivas, incluyendo un enfoque complejo sobre la relación entre violencias, sociedad y escuela.

**Palabras clave:** violencias; escuela; intervenciones; docentes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PePSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
SciELO	Scientific Electronic Library Online
TCC	Trabalho Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO E JUSTIFICATIVA</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>21</b>
5.1	PREVENÇÃO	24
5.2	POSVENÇÃO	30
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática “violência e escola”, por vezes é expressada como violência escolar. No entanto, não é uma problemática apenas deste contexto, pois como espaço social a escola reproduz e produz as violências existentes na sociedade, que em seus contextos e realidades se expressam de múltiplas formas, tais como o racismo, o capacitismo, o classismo, a homofobia e o sexismo. Assim, “A palavra violência não pode ser tomada como adjetivação da escola nem como um fenômeno apartado das relações sociais mais amplas que se expressam e são perpetradas no espaço escolar” (Groff; Leandro; Lobo; Alves; Moraes, 2022, p. 606). Deste modo, pontuamos a temática “violência e escola” como violência em contexto escolar, incluindo em nosso discurso a violência intramuros e extramuros da escola, pois compreendemos a violência como fenômeno multidimensional, que atinge várias esferas da vida e da sociedade ao mesmo tempo.

A escola não é apenas um lugar de aprendizagem e desenvolvimento, seu foco pode ser a sistematização dos conteúdos, mas ela não deixa de ser um espaço de convivência, em que discentes e docentes compartilham desse mesmo espaço, constituem relações uns com os outros e nessas relações são espelhadas e compartilhadas as múltiplas realidades que vivem, culturas, crenças. E se tratando da violência ela também se manifesta desde os níveis mais sutis aos mais graves, sendo percebidas ou não, elas existem e suas causas, ocorrências e consequências são complexas, necessitando sempre de uma análise que busca compreender o que há no que é nomeado como violência em contexto escolar (Groff; Leandro; Lobo; Alves; Moraes, 2022).

A violência que é omitida ou naturalizada, é também uma violação aos direitos humanos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...] Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990, Art. 4º e 5º).

Os direitos das crianças estão constituídos por lei, negá-los é cometer uma violação que está sujeita a penalização. Os/As professores/as e toda equipe escolar devem estar preparados para lidarem com a problemática das violências, constituindo em si saberes, se conscientizando sobre as violências existentes em nossa sociedade e como garantir o cumprimento dos direitos estabelecidos por leis, de modo que possam intervir adequadamente. É nesse sentido que este Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Pedagogia, busca analisar quais as possibilidades de intervenções que aparecem nos discursos dos/as professores/as, a partir de um recorte bibliográfico de produções acadêmicas, visto que, sem a intervenção não há prevenção nem enfrentamento, mas sim a perpetuação da violência e da violação de direitos de crianças e adolescentes.

Este TCC está organizado de modo a aprofundar o contexto e a justificativa da presente pesquisa; apresenta o objetivo geral e os específicos; detalha na metodologia os procedimentos da revisão bibliográfica realizados; no desenvolvimento apresenta os resultados e análise a partir dos objetivos da pesquisa e dos seus achados e; nas considerações finais faz uma síntese da pesquisa e apontamentos necessários à formação e atuação docente.

## 2 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema de pesquisa ocorreu de forma tocante, pois algumas coisas vem ao nosso encontro, nos atravessa e direciona. As experiências nos estágios e todo conhecimento que o Curso de Pedagogia proporcionou, trouxeram um outro olhar e um profundo interesse sobre como professoras e professores constituem em suas práticas pedagógicas intervenções acerca das violências que se manifestam no ambiente escolar, até mesmo sobre aquelas que não são produzidas diretamente na escola, mas que se expressam de alguma forma no espaço educativo. Dentro de tantas possibilidades de intervenção, quais estão entrelaçadas ao cuidado e respeito nas relações professores/as-crianças?

No cotidiano escolar nos deparamos com muitas realidades em que as crianças estão inseridas. A escola tinha como foco principal a apropriação de conhecimentos sistematizados. No entanto, os movimentos de resistência e luta política de grupos sociais de diversas áreas do conhecimentos trouxeram grandes contribuições para pensarmos a educação para além de seu papel tradicional, pois a escola ao longo do tempo tornou-se não só um espaço de ensino, mas de desconstrução, de busca e garantia de direitos.

No curso de Pedagogia da UFSC estudamos teorias sobre infâncias e o sujeito criança, compreendendo as movimentações e pensadores que ao longo da história criaram as concepções e teorias que hoje temos para refletir o lugar da criança na sociedade. Apesar das grandes transformações no que diz respeito aos direitos das crianças, ainda há muito a se fazer para garantir o bem estar de todas. As concepções de infâncias e criança que temos, ainda são, em sua maioria, adultocêntricas, e por mais esforço que tenhamos para criar outras perspectivas teórico-metodológicas, ainda falhamos em alguns pontos, pois olhamos a partir de nossas lentes que parecem mirar o que já não é mais o ser criança. Às vezes, buscamos tal sensibilidade na lembrança de nossas infâncias para compreendermos um pouco mais. Além disso, nos baseamos nos conhecimentos de outras áreas, como, por exemplo, a medicina, a psicologia, a biologia, a sociologia, a filosofia, etc., para assim pensarmos o que é o sujeito criança e como garantir o bem estar, visto que a história da humanidade é também marcada por múltiplas violências estruturais, como é o caso da desigualdades

social que coloca crianças em situações perversas de pobreza e pobreza extrema, em zonas de conflito urbano e rural, bem como em situações de guerra.

Durante nossa formação no Curso de Pedagogia, aprendemos que o cuidado e a educação são indissociáveis, que em todo o processo de educar está contido o cuidado, desde o planejamento, a organização dos espaços, nas brincadeiras, nos momentos da alimentação e da higiene, etc. Ao relacionar o foco da pesquisa com as teorias estudadas sobre o cuidado, vemos que este aparece imbricado nos caminhos das intervenções, pois no cuidar está contido também o respeito ao bem estar da criança, a integridade de seu ser no desenvolvimento pleno. O pedagogo Janusz Korczak, em suas obras “Como amar uma criança” e “O direito da criança ao respeito”, nos traz considerações importantíssimas para pensarmos nossa ação docente a partir do cuidado. Ele nos faz refletir sobre os direitos das crianças ao respeito, à dignidade e à compreensão. Para este autor, “Quando o respeito e a confiança que lhe devemos forem uma realidade, quando ela própria se tornar confiante, grande número de enigmas e de erros desaparecerão” (Korczak, 1997, p. 68-9).

Segundo Campos (1994, p. 33) “a moderna noção de “cuidado” que tem sido usada para incluir todas as atividades ligadas à proteção e apoio necessárias ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, enfim, “cuidar”, todas fazendo parte integrante do que chamamos de “educar””. E Boff (1999, p. 33), acrescenta a concepção do cuidar como uma atitude, que abrange mais que atenção e zelo, definindo o cuidado como um ato de responsabilidade e afeto.

Ao refletirmos sobre as intervenções na problemática das violências, conseqüentemente, refletimos as relações de cuidado, como são pensadas e manifestadas nos espaços-tempos da educação. Vemos e sentimos incorporadas em nós as teorias estudadas? Temos bagagem teórica que nos auxilie a compreender o que são as violências e suas manifestações? Como perspectivamos nossas ações como professores/as ao nos depararmos com contextos de violência? Para construir caminhos de intervenções no dia a dia é preciso incorporar conhecimentos sobre as múltiplas violências presentes em nossa sociedade, ampliando nosso olhar para percebê-las, assim como, para encontrar os melhores caminhos que objetivam assegurar o bem estar das crianças em uma escola que cuida e protege.

Qual o ponto de referência que temos quando a violência é tão naturalizada em nossa sociedade? Enquanto adultos responsáveis e professores/as de crianças,

temos refletido e buscado entender a quais violências às mesmas estão expostas? É dever do/a professor/professora intervir? Como estamos lidando, ou, sabemos lidar com esses acontecimentos? Como pensamos nossas intervenções e quais teorias/conhecimentos têm embasado nossas ações? Qual a nossa concepção de cuidado? Como podemos criar práticas e diálogos com as crianças que visem o respeito e o acolhimento?

As perguntas acima surgiram com intensidade quando me deparei com muitas realidades dentro dos estágios da educação infantil e dos anos iniciais. Desde o choro dos bebês, ao silêncio daqueles/as que já sabiam falar e que calados/as não pronunciavam, mas demonstravam vulnerabilidades, a necessidade de amparo, proteção, colo, ouvidos, sorrisos e outras formas de serem vistos. Entendemos que:

É dever da instituição escolar e do coletivo (docentes, coordenadores(as), diretores(as), merendeiras, vigilantes, secretárias(os) escolares, etc.) estar atento e intervir quando necessário, porém, como ter esse olhar/escuta sensível quando esse assunto é pouco tratado na formação inicial e/ou continuada desses profissionais? (Silva, 2020, p. 21-22).

Durante o estágio presenciei uma cena marcante, que trouxe o impulso para esta pesquisa. Um grupo de crianças de 8 e 9 anos estava brincando com cola, passaram cola na mão para experienciar a textura, o cheiro e a liga. Quando a professora avistou a cena pediu para que fossem lavar as mãos, pontuou que todos levariam bilhetes para casa, para que seus responsáveis soubessem do feito. Imediatamente uma criança entrou em prantos, pediu desesperadamente que a professora não mandasse o bilhete, pois a mesma apanhava muito em casa. Seu corpo tremia de medo e mal conseguia falar. Dizia para mim “pede pra ela não mandar o bilhete, olha como estou roxa, eu não aguento mais apanhar”. A criança me abraçou, naquele momento dei a ela um colo e quando foi se acalmando, tentei compreender melhor sua situação, desde o contexto que vivia e como estava se sentindo. A professora ao tentar se comunicar com a criança lhe disse: “desta vez não irei mandar bilhete, mas se você fizer novamente eu irei mandar”. Aquilo gerou um alívio para a criança e muitos questionamentos dentro de mim sobre como estamos olhando as realidades das crianças. Penso que muitas vezes tem nos faltado sensibilidade para enxergar de forma mais profunda e empaticamente aquilo que acontece e ganha vida no cotidiano das instituições educativas. Este relato não tem interesse em culpabilizar ninguém, porém refletir sobre o nosso olhar a respeito

das violências que as crianças sofrem, dentro e fora das instituições educativas, do amparo afetivo e político que muitas vezes não é atendido. Há situações em que as crianças entram na escola trazendo relatos e demonstrações do que vivenciam, mas passam despercebidas por nós justamente por nos faltar conhecimento, pois um olhar sensível também é construído com experiências, com uma formação adequada e de qualidade. É ainda mais desafiador quando se trata de educarmos um grupo de crianças, pois mais compreensão nos é cobrada para não cometermos um olhar culposos (Korczak, 1986), e tal compreensão não é constituída apenas afetivamente, mas aguçada e ampliada pelos saberes que internalizamos.

Os cursos de licenciatura não trazem nos seus currículos questões das relações interpessoais e seus conflitos, não abordam a violência escolar, mesmo sabendo que este será um dos grandes problemas enfrentados pelos professores na atuação de sua profissão. O professor não tem como ensinar ou motivar a paz na escola, mediar conflitos entre alunos sem uma formação específica que lhe de uma base teórica e prática, garantindo tomada de decisões isentas dos “achismos” (Pingoello; Horiguela, 2008, p. 640).

Diante de nossa formação, que pouco nos dá de base teórica sobre a problemática das violências, como colocamos em prática as intervenções? Durante o Curso de Pedagogia da UFSC não tive nenhuma disciplina obrigatória sobre essa realidade, algumas disciplinas abordaram alguns tipos de violências ligadas a gênero, sexualidade, raça, deficiência, mas a concepção e modos de intervir não tinham centralidade. Muitas discussões partiam dos relatos trazidos por colegas para a sala de aula à procura de caminhos de intervenções. No entanto, por não termos aprofundamento muitas perguntas ficaram sem respostas.

A escola é um espaço social de produção de conhecimentos, mas sua função não se resume apenas a isso. Nós professores/as somos sujeitos histórico-sociais contribuindo na formação, desenvolvimento e aprendizagem de crianças que também são sujeitos histórico-sociais. “Todavia é preciso lembrar que cada educando tem uma história, uma determinada realidade social. Muitas vezes, a maneira como ele age, como ele aprende, está diretamente ligada ao seu ambiente de convívio” (Zick, 2010, p. 2). Este contexto, medeia a constituição das crianças e a forma como a infância é vivenciada por estas, sendo um período decisivo para um desenvolvimento integral. É por meio da interação com o ambiente que as aprendizagens são construídas, as quais promovem o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

Na relação adulto-criança, na família, na escola, na sociedade em geral, a criança pode não ter suas necessidades supridas, sofrendo múltiplas violências, das quais não tem condições de compreender a gravidade e a negação de seus direitos, não sabendo lidar com tais situações, se adaptando a realidade conforme ela é internalizada. É justamente por estar em desenvolvimento que a criança precisa de uma mediação que a ajude a lidar da melhor forma com os aspectos afetivo-emocionais presentes no contexto em que se insere e no seu processo de aprendizagem.

Portanto, ao se relacionar com a criança, devemos compreender os aspectos e as necessidades que devem ser supridas, assim como buscar o entendimento de como as ausências às necessidades tornam-se um desrespeito e violação de seus direitos, influenciando, por vezes, negativamente na vida da criança. Por isso, nossa concepção de intervenção na problemática das violências deve estar entrelaçada ao cuidado, sendo abrangente, desde a garantia dos direitos ao acolhimento das necessidades das crianças, garantindo o bem estar, a aprendizagem significativa e seu desenvolvimento integral.

### **3 OBJETIVOS**

#### **Objetivo geral**

Investigar as possibilidades de intervenções na problemática das violências em contexto escolar a partir de uma revisão bibliográfica nas bases de dados SciELO e PePSIC, considerando os artigos publicados entre os anos 2012 e 2022.

#### **Objetivos Específicos:**

- a) Identificar as possibilidades de intervenções na problemática das violências a partir da concepção de professores/as;
- b) Refletir sobre o modo como o cuidado se expressa nas intervenções propostas pelos/as professores/as.

## 4 METODOLOGIA

A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso segue o método qualitativo de investigação, fundamentada no método de pesquisa social que prioriza a descrição e a utilização de entrevistas, análise documental e observações pessoais.

A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2009, p. 21-22).

O material de estudo acumulado não é para confirmar hipóteses prontas, mas para construir uma teoria fundamentada. As perspectivas dos/as participantes são de vital importância para a/o investigador/a, ampliando e dando mais informações para a sua investigação. Destaca-se que no caso da pesquisa documental, ou seja, em produção bibliográfica, não há a participação direta de seres humanos, mas considera-se esta participação a partir da perspectiva dos/as autores/as sobre o conhecimento produzido, e a participação indireta dos sujeitos por eles/as pesquisados/as.

Assim, no presente TCC a pesquisa se configura como bibliográfica.

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes (Pizzani *et al.*, 2012, p. 54).

Esta pesquisa dá sequência ao TCC realizado por Sâmila Ferreira da Silva (2020), também estudante do curso de Pedagogia, cuja pesquisa bibliográfica focou a análise das concepções que os/as professores/as tinham sobre violência, categorizando-as em tipificações, causas e influências. Em seu trabalho também se apresentou no objetivo específico analisar as possibilidades de intervenção, no entanto, este ponto não se destacou de forma aprofundada na análise dos resultados. O TCC de Silva (2020) vinculou-se à pesquisa coordenada pelas professoras Apoliana R. Groff e Marta Corrêa de Moraes, intitulada “Estado da arte sobre violência e escola (2003-2017)”, cujos resultados gerais podem ser encontrados em Groff, Leandro, Lobo, Alves e Moraes (2022).

O levantamento bibliográfico se deu nas bases de dados SciELO e PePSIC, por se configurarem como fontes importantes de indexação de periódicos de acesso livre. A pesquisa foi realizada considerando quatro combinações de palavras-chave: (A) violência e escola; (B) violência e escolar; (C) violências e escola; (D) violências e escolar, utilizando os campos Resumo e Ano de Publicação como filtros. (...) 101 artigos compuseram o estado da arte sobre violência e escola, produzida pela área da psicologia em periódicos brasileiros (Groff; Leandro; Lobo; Alves; Moraes, 2022, p. 608).

O TCC de Silva (2020) ampliou o estado da arte acima, considerando os anos de 2018 e 2019, inserindo 7 (sete) novos artigos à revisão bibliográfica. Dentro do período de 2003 a 2019, Silva (2020) trabalhou com a análise de 22 artigos que tinham como foco a concepção de docentes sobre violências. O motivo de apresentar os caminhos percorridos pela pesquisa matricial e pela pesquisa de Silva (2020), é que a pesquisa aqui apresentada, se articula e dá sequência a estes estudos com foco nas possibilidades de intervenção frente às violências em contexto escolar.

O presente TCC, ampliou o período de busca nas bases de dados, inserindo os anos de 2020, 2021 e 2022, tendo os mesmos critérios da pesquisa do tipo estado da arte realizada por Groff e colaboradores/as (2022) e Silva (2020). Nas duas bases de dados SciELO e PePSIC foram usadas as combinações de palavras chaves (violência e escola; violência e escolar; violências e escola; violências e escolar), com os filtros ano e resumo. Os resultados iniciais dos três anos de busca na base de dados SciELO foram de 134 artigos, e na base de dados PePSIC 53 artigos. Em seguida foi realizada a leitura dos resumos para ver se estavam adequados à temática violência e escola, excluindo os que não tinham relação com o tema, os que estavam repetidos nas duas bases e os que não tinham autor vinculado à área da psicologia. Após o uso dos critérios de exclusão, foram selecionados 16 novos artigos. Assim, entre 2003 e 2017 foram encontrados 101 artigos (Groff; Leandro; Lobo; Alves; Moraes, 2022), entre 2018 e 2019 7 (sete) artigos (Silva, 2020), e entre 2020 e 2022 16 artigos, totalizando 124 artigos considerando o período de 2003 a 2022.

Após esta etapa, foram selecionados então os artigos que abordavam a concepção dos/as professores/as sobre violência, devido ao critério de continuidade do recorte realizado pela pesquisa de Silva (2020). Foram encontrados 5 (cinco) artigos, sendo: 1 (um) artigo do ano 2020, 3 (três) artigos de 2021, e 1 (um) artigo do de 2022. Esses 5 (cinco) artigos, somados aos 22 encontrados na pesquisa de Silva (2020), totalizam 27 artigos com foco na concepção de professores/as sobre as violências, no período de 2003 a 2022. Contudo, devido ao curto prazo para realização

deste TCC e a demanda de leituras, esta pesquisa se ateve a leitura e análise dos artigos publicados somente entre 2012 a 2022 que tinham como centralidade a concepção de professores/as sobre violências, totalizando então 17 artigos, os quais foram analisados neste TCC, buscando investigar as possibilidades de intervenções frente às violências em contexto escolar, a partir da técnica de análise de conteúdo, a qual compreende que “o que está escrito é o ponto de partida, a interpretação é o processo a ser seguido e a contextualização, o pano de fundo que garante a relevância” (Franco, 1984, p.169).

De acordo com Franco (1984), a partir do objetivo da pesquisa, deve-se decidir quais unidades de análise serão privilegiadas, podendo ser elas: tema, palavra, item, etc. Nesta pesquisa a unidade de análise foi a do tipo temática, sendo definida *a priori* a categoria “intervenção na problemática das violências em contexto escolar” e; a partir da leitura integral dos 17 artigos foram criadas duas subcategorias *a posteriori*, quais sejam: prevenção e posvenção. A categoria prevenção engloba artigos onde a intervenção aparece como conjunto de medidas e ações que ajudam a evitar e reduzir a prevalência e incidência da violência, sem necessariamente ter acontecido algo na escola. A categoria posvenção representa as ações de suporte, encaminhamentos e assistências dadas quando a violência já se manifestou, foi identificada e gerou impactos aos sujeitos.

## 5 DESENVOLVIMENTO

Os resultados que se apresentam sobre as possibilidades de intervenções na bibliografia analisada, surgem de artigos decorrentes de pesquisas que tinham como foco investigar as concepções que professores/as tinham sobre as violências. O processo de seleção foi realizado nas duas bases de dados SciELO e PePSIC entre 2012 a 2022 constituindo um acervo de 17 artigos lidos na íntegra. Contabilizando 64% na base Scielo e 36% na base PePSIC. Na Tabela 1 é possível verificar o título e o ano dos artigos em análise neste trabalho.

Quadro 1 - Artigos analisados

Referência do Artigo	SciELO	PePSIC
SIQUEIRA, Aline Cardoso; ALVES, Cássia Ferrazza; LEAO, Flavia Elso. A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. <b>Psicologia teoria e prática</b> , São Paulo, v. 14, n. 3, p. 62-71, 2012.		X
PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sérgio; DIAS, Francielle Xavier. Representações sociais da violência em professores da escola pública. <b>Estudos Interdisciplinares em Psicologia</b> , Londrina, v. 4, n. 2, p. 240-257, dez. 2013.		X
SILVA, Jorge Luiz da; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; BAZON, Marina Rezende; CECILIO, Sálua. Bullying na sala de aula: percepção e intervenção de professores. <b>Arquivos Brasileiros de Psicologia</b> , [s. l.]. 2013, v. 65, n. 1, p. 121-137, jun. 2013.		X
ARREGUY, Marília Etienne; COUTINHO, Luciana Gageiro. Considerações sobre afetos e violências no espaço escolar: conversações com professores. <b>Educação em Revista</b> , Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 279-298, 2015.	X	
GIORDANI, J. P., SEFFNER, F., & DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. <b>Psicologia Escolar E Educacional</b> , São Paulo, v. 21, n. 1, p. 103–111, abr. 2017.	X	
CASARDO, G. M.; GALLO, A. E. Mapeamento do conhecimento de professores sobre violência intrafamiliar. <b>Psicologia da Educação</b> , São Paulo, n. 46, p. 31-39, jan./jun. 2018.		X
OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; MACHADO, Isadora. Bullying escolar na perspectiva dos professores. <b>Estudos e Pesquisas em Psicologia</b> , Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 321-340, 2018.		X

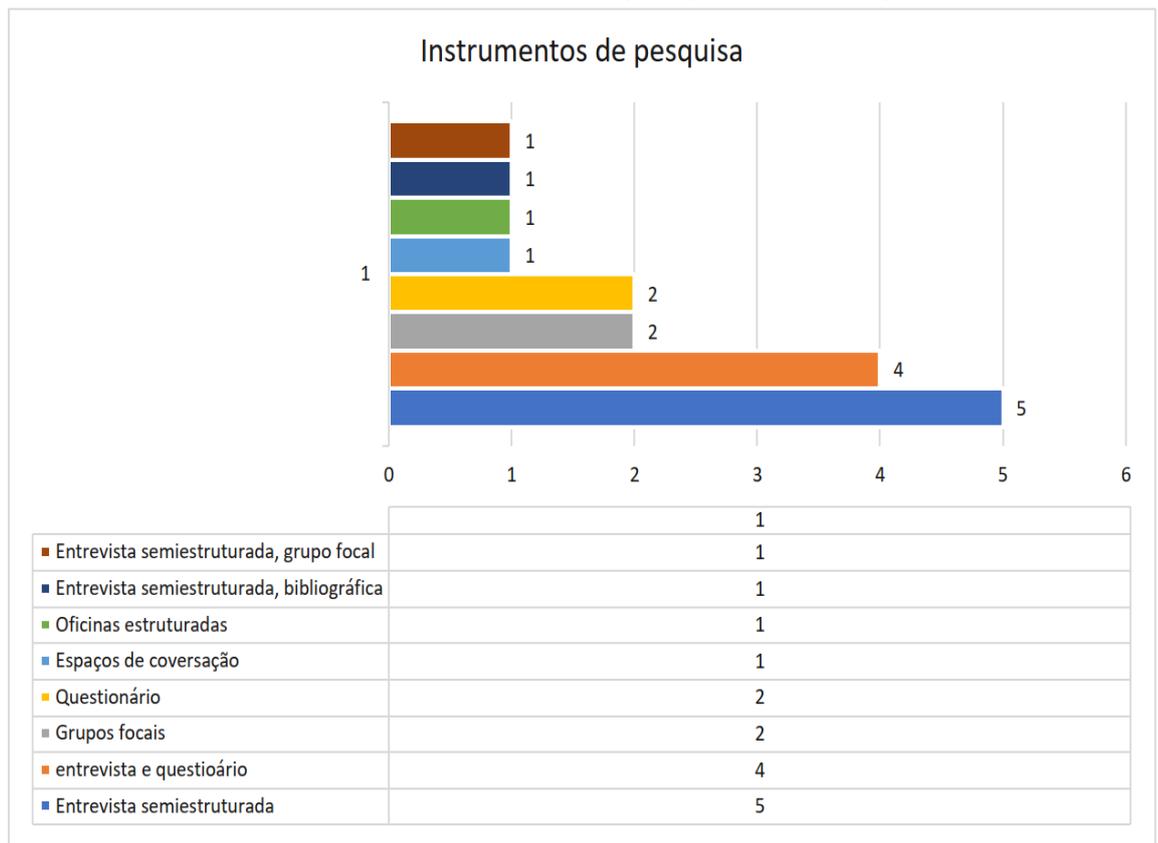
Referência do Artigo	SciELO	PePSIC
FACCI, M. G. D. O adoecimento do professor frente à violência na escola. <b>Fractal: Revista de Psicologia</b> , Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 130-142, 2019.	X	
PICCOLI, L. M.; LENA, M. S.; GONÇALVES, T. R. Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em Porto Alegre, RS. <b>Saúde e Sociedade</b> , São Paulo, v. 28, n. 4, p. 174-185, 2019.	X	
CORDEIRO, K. C. C.; GOMES, N. P.; CAMPOS, L. M.; SANTANA, J. D.; CRUZ, M. A.; MOTA, R. S. Violência doméstica vivenciada por adolescentes: discurso de educadoras. <b>Texto Contexto Enfermagem</b> , Florianópolis, v. 28, 2019.	X	
SILVA, S. S. G. T.; GUZZO, R. S. L... Escola, Família e Psicologia: Diferentes Sentidos da Violência no Ensino Fundamental. <b>Psicologia Escolar E Educacional</b> , São Paulo, v. 23, 2019.	X	
PEREIRA, A. I. B.; ZUIN, A. Á. S. Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico. <b>Educar Em Revista</b> , Curitiba, v. 35, n. 76, p. 331-351, 2019.	X	
SALGADO, Fellipe Soares; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz da; PEREIRA, Beatriz Oliveira; SILVA, Marta Angélica Iossi; LOURENÇO, Lélío Moura. Bullying no ambiente escolar: compreensão dos educadores. <b>Journal of Human Growth and Development</b> , São Paulo, v. 30, n. 1, p. 58 - 64.		X
MEZZALIRA, A. S. da C.; FERNANDES, T. G.; SANTOS, C. M. L. dos. Os desafios e as estratégias da psicologia escolar no enfrentamento do bullying. <b>Psicologia Escolar e Educacional</b> , São Paulo, n. 25, p. 1-5, 2021.	X	
GOMES, G. de M. R. e B.; BITTAR, C. M. L. Percepções de professores e alunos sobre a violência escolar: um estudo qualitativo. <b>Psicologia Escolar e Educacional</b> , São Paulo, v. 25, 2021.	X	
CARVALHO, Mirian Alves; BARROCO, Sonia Mari Shima. A violência na educação: considerações de professores violentados. <b>Psicologia Escolar e Educacional</b> , São Paulo, n. 25, 2021.	X	
FLÔRES, F. N.; VISENTINI, D. M.; FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C. Cyberbullying no contexto escolar: a percepção dos professores. <b>Psicologia Escolar e Educacional</b> , São Paulo, v. 26, 2022.	X	

Fonte: elaborado pela autora.

Os anos de maior produção de artigos que abordam a concepção de professores/as sobre violência em contexto escolar foram 2019 com 05 artigos e o ano de 2021 com 03 artigos, ambos na base SciELO. Apenas em 2016 não foi

encontrada publicação. Além disso, todos os textos selecionados derivam 100% de pesquisas de campo, ou seja, tratam-se de estudos realizados com a participação de docentes, por meio de entrevistas, questionários, entre outros instrumentos de pesquisa, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Instrumentos utilizados nas pesquisas de campo



Fonte: elaborado pela autora.

Entre todos os instrumentos de pesquisa os mais usados foram entrevistas semiestruturadas e entrevistas com questionários, sendo 15 (quinze) estudos em escolas públicas, 1 (uma) em escola privada e 1 (uma) que não cita o tipo de instituição.

Ao ler os textos na íntegra tínhamos como objetivo específico analisar se nas concepções dos/as professores/as sobre a problemática das violências apareciam possibilidades de intervenção. Observamos que as intervenções foram expressadas também através das palavras “enfrentamento”, “manejo” e “mediação”. A palavra

enfrentamento, no dicionário de português da Google<sup>1</sup>, tem o significado “ato ou efeito de enfrentar”; a palavra manejo “ato ou efeito de manejar, maneiio, manuseio”; a palavra mediação “ato de servir de intermediário entre pessoas e grupos, intervenção”; e a palavra intervenção “ato ou efeito de intervir”. Deste modo, consideramos estas palavras como correlatas.

A partir da análise de conteúdo elegemos duas subcategorias dentro da intervenção, sendo: prevenção e posvenção. A prevenção carrega a concepção de intervenções citadas como a forma de prevenir e reduzir a problemática das violências independente dos acontecimentos e situações cotidianas no contexto escolar. Já as intervenções na posvenção como algo que acontece após a situação de violência ter ocorrido e sido identificada, sendo o ato ou efeito de encaminhar, mediar, conduzir as violências manifestadas. Tanto as práticas de prevenção quanto à posvenção foram analisadas em suas formas e tipos, desde a negação dos direitos das crianças e dos adolescentes, como as ações de cuidados atreladas às possibilidades de intervenções realizadas.

## 5.1 PREVENÇÃO

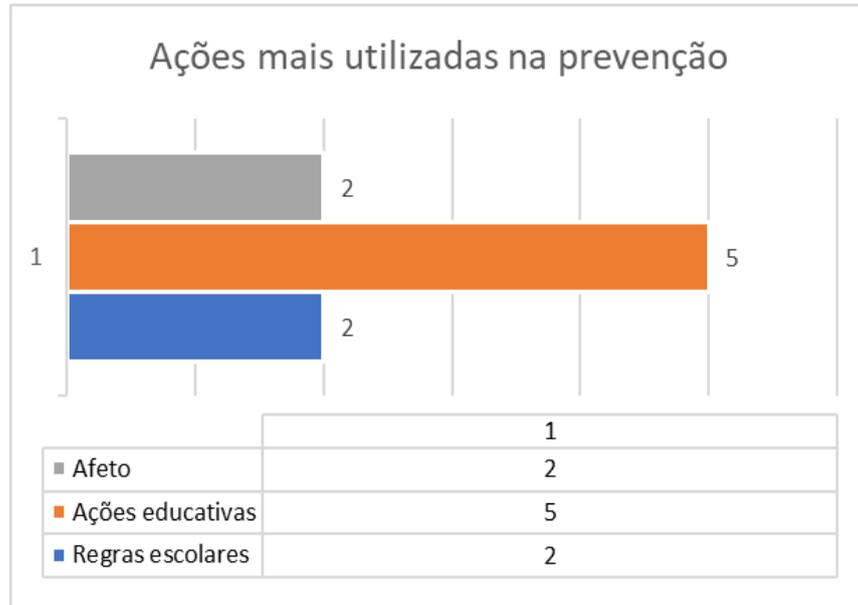
Na prevenção a intencionalidade é prevenir a prevalência e a incidência, portanto, o momento da ação é anterior a uma situação específica de violência. As possibilidades de intervenção do tipo preventiva apareceram nos textos como estratégias para prevenir e reduzir o problema das violências em contexto escolar. Porém, muitas vezes, são pensadas, planejadas e construídas quando os/as professores/as junto a escola percebem evidências de violências já em curso, até mesmo aquelas que ocorrem fora do contexto escolar, mas que podem implicar no bem estar das crianças e adolescentes em diversos níveis, formas e dimensões, conseqüentemente, expressando e reproduzindo outras formas na escola. Correspondem, portanto a ação ou conjunto de ações, que podem tanto surgir de atos individuais, na relação do/a professor/a com a criança, assim como uma ação coletiva, por meio de projetos que o docente executa com o coletivo da sala, até mesmo junto a escola, professores/as e familiares, em busca de prevenir e reduzir os danos,

---

<sup>1</sup> <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

consequências e as múltiplas formas de violência que afetam as crianças e adolescentes. Ao elegermos a subcategoria da prevenção fizemos um levantamento das ações mais utilizadas pelos/as professores/as, como podemos ver no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Ações de prevenção



Fonte: elaborado pela autora.

Agrupamos as ações encontradas em três subcategorias de prevenção. Colocamos aqui somente as ações que realizadas na perspectiva dos/as docentes, posteriormente iremos analisar outras possibilidades de prevenção que os/as professores/as citam como novas e possíveis alternativas de prevenção após se apropriarem mais da problemática das violências.

As ações mais usadas foram ações educativas, aparecendo 5 vezes entre os 17 artigos. Se caracteriza pelas ações educativas de conscientização, por meio de projetos, palestras, diálogos e debates a nível individual ou coletivo sobre as violências que ocorrem na escola, onde são discutidos os temas e até mesmo pesquisados pelos alunos para dialogarem com a turma. 5 artigos que falam especificamente sobre o *bullying* e *cyberbullying* trouxeram isso de forma mais ampla e prática no processo de prevenção. Em relação a outros tipos e formas de violência como, por exemplo, a violência doméstica e intrafamiliar, não apareceram ações educativas que buscam prevenir através da conscientização, mesmo com o reconhecimento das mesmas. Dois textos em específicos “Mapeamento do

conhecimento de professores sobre violência intrafamiliar” e “Violência doméstica vivenciada por adolescentes: discurso de educadoras” abordam a violência intrafamiliar e doméstica, porém os professores não apresentaram ações educativas e citaram tais violências de forma ampla, não havendo uma discussão que abordassem as formas, causas e consequências. No entanto, essas são violências que fazem parte da realidade de muitas crianças e adolescentes, e através de atividades educativas informativas e de conscientização na escola podemos prevenir e reduzir outras violências extramuros da escola, visto que, muitos sujeitos não estão cientes de estarem vivenciando uma violação. Por dependerem dos cuidados e auxílios dos adultos, também necessitam de ajuda para saírem desses contextos, terem seus direitos garantidos.

Alguns anos atrás uma blogueira bem conhecida relatou na internet que sofria violência sexual na infância, mas não sabia, não tinha conhecimento que aquilo era uma violência, porém um dia a professora abordou o assunto das violências, citando a violência sexual, como ocorria e etc. Ao escutar a professora, ela percebeu que sofria violência e buscou ajuda na escola contando à professora. Com este exemplo podemos ver quão importante são as ações de prevenção, principalmente, quando buscam conscientizar na escola as violências que as crianças também sofrem fora do contexto escolar.

Em nossa análise também identificamos um discurso punitivo nas ações educativas que, por meio da tentativa de diálogo, se faziam ameaças de punir com suspensão e expulsão quem cometesse o *bullying*. Em relação ao *bullying*, é preciso refletir sobre a inviabilização de outras formas e tipos de violências que o uso deste termo pode produzir, tais como o racismo, homofobia, capacitismo, preconceitos, etc.. A medida que todas essas violências são olhadas como *bullying*, pode haver o não reconhecimento e a omissão das demais expressões de violências estruturantes da sociedade, existindo, portanto, um silenciamento dos marcadores sociais que constituem os sujeitos (Groff et al, 2022). Atrelado a isso está outra ação descrita como regras escolares, aparecendo 2 vezes como possibilidade de prevenção. Estas regras são elaboradas para proibir a violência na escola, e são lembradas no diálogo com os alunos. Ou seja, existe uma regra e se ela for quebrada terá consequências. Notamos também o embate entre professores/as, pois enquanto uma minoria tenta

transcender a repressão nas regras, outros a defendem, como podemos ver no artigo de Arreguy e Coutinho (2015, p. 288):

Enquanto alguns deles afirmavam ser preciso vencer a resistência dos alunos através da amizade e do afeto, outros ponderavam que o melhor caminho para lidar com o ódio dos estudantes – e deles próprios – era pela via da repressão. Entretanto, o discurso dos professores oscilava entre um apelo à punição e à uma crença de que regras devem ser estabelecidas e discutidas junto com o corpo discente, e não impostas.

Embora o estabelecimento de regras escolares e as ações educativas através do diálogo sejam ações de prevenção, nem sempre elas são executadas adequadamente, pois sem a dimensão do cuidado, a ação pode ter uma outra violência empregada, pois o discurso punitivo pode produzir medo, o que leva os sujeitos a mudarem seus comportamentos na repressão e não na conscientização de formas de respeito.

O afeto como ação preventiva, consiste no gesto, olhar e palavras de afeto, em que vemos o zelo, o respeito, acolhimento e empatia. Em um dos textos vimos o relato de alguns docentes que falavam sobre usarem o afeto como mediação para despertar os interesses dos estudantes (Paula; Kodato; Dias, 2013, p. 246):

“De forma afetuosa posso trazer eles pro meu lado” (P3). “O aluno, noventa por cento, vai buscar a parte afetiva” (P6). “A partir do momento em que eu entrava na sala de aula eu não sabia o que ia acontecer” (P8). “O papel do professor é completar o que o aluno tem em casa, é ajudar o aluno com a parte afetiva” (P8).

Em nossa análise essa afetividade dos/as professores/as é vista como o meio de tornar a escola um espaço de mais acolhimento. Mesmo quando dizem ser para despertar o interesse, fica subentendido que compreendem que esses estudantes estão inseridos em contextos de violência, que tais realidades influenciam no desempenho escolar e na convivência, pois ao se relacionarem uns com os outros podem reproduzir e produzir violências no contexto escolar. É através do afeto que se constitui nos sujeitos um novo olhar e modo de se relacionar de forma respeitosa, sendo um momento de bem estar, em que os estudantes se sentem cuidados e motivados em seus estudos. Vemos mais um exemplo no artigo de Arreguy e Coutinho (2015, p. 286):

Destaca-se também a fala afetuosa de uma professora reconhecidamente adorada pelos alunos, uma das únicas que conseguiu falar de seu afeto e de

sua disponibilidade para a troca com os estudantes. Uma troca de ternura que passava por certo investimento libidinal corporal, já que beijava e abraçava, de modo terno, os meninos e as meninas, produzindo uma diferença, dita por alguns como “invejável”, entre ela e os outros professores, que preferiam manter distância dos alunos.

O afeto que se expressa de múltiplas formas é caminho para prevenir e reduzir a violência entre estudantes e estudantes, ou estudantes e professores/as. Apesar dessa ação de prevenção ser mencionada apenas duas vezes, ela é uma ação que pode estar imbricada em outras ações de prevenção, como por exemplo, no diálogo, em que o/a docente conversa e educa de forma afetuosa, expressando sua empatia e cuidado. No entanto, a forma como o afeto é abordado nos artigos é de uma perspectiva mais romantizada, que expressa-o através da docilidade do abraço, do carinho, mas é de suma importância destacar que o afeto não pode se restringir apenas a dimensão emocional, ele deve ser exercido também como um ato político-pedagógico. Embora as demonstrações de afeto sejam necessárias, elas devem ser feitas de forma ética e respeitosa, do mesmo modo que é preciso estar entrelaçadas as ações que visam garantir os direitos das crianças e adolescentes, não basta dar o carinho esperando que isso resolva as problemáticas das violências, a afetividade também se expressa na conscientização das violências e na garantia dos direitos estabelecidos por lei, portanto, o afeto deve ser perspectivado de forma política também.

Outras possibilidades de prevenção foram citadas pelos/as professores/as ao se apropriarem mais da problemática das violências no contexto escolar, mas não foram incluídas, pois não fizeram parte das práticas docentes, sendo novos caminhos que surgiram para ações futuras. Citaram a importância da participação de toda a comunidade escolar; projetos contínuos; espaços no meio escolar que abarquem as necessidades afetivas e sociais; espaços que propiciem às crianças e adolescentes relações respeitadas e amorosas; assistente social; atuação da família junto a escola; atuação da área da saúde (psicólogo e psiquiatra) junto a escola. Além disso, um artigo, em específico, nos trouxe contribuições sobre outras possibilidades de prevenção:

Quando os entrevistados foram abordados sobre o que deveria ser feito para o enfrentamento da violência na escola, seis (42,86%) pontuaram que a escola deveria trabalhar com a prevenção da violência, sugerindo que se oportunizassem atividades culturais, como aulas de arte, dança, música, atividades esportivas, abertura da escola para a participação da comunidade;

quatro responderam que o professor deveria receber melhor formação para lidar com conflitos e trabalhar com temas como respeito, diversidade e relacionamento interpessoal; dois (14,29%) sugeriram formar equipes multiprofissionais na escola, com psicólogos e assistentes sociais; e dois professores (14,29%) acreditam que a escola não consegue resolver o problema, pois este é muito amplo e envolve mudança que deveria ocorrer na sociedade como um todo, isto é, no modo de produção do atual sistema. (Carvalho; Barroco, 2021, p. 8).

Embora essas possibilidades não tenham se apresentado como ações realizadas, elas são caminhos a serem seguidos e que ajudam a aumentar nosso repertório, encontrar saídas de prevenção às violências no dia a dia. Nos ressalta a importância dos projetos contínuos dentro do espaço escolar, onde se ultrapasse as práticas conteudistas para contemplar a arte, cultura e a afetividade, assim como a conscientização da problemática das violências, oportunizando o bem estar das crianças e adolescentes, ao mesmo tempo que lhes ensinam seus direitos de proteção, segurança e cuidado, e constroem relações mais respeitadas e afetuosas com os sujeitos. Existe uma gama de ações de prevenção, algumas podem ser desenvolvidas junto à comunidade e a família, de forma a conscientizar todo o coletivo sobre formas e tipos de violências que por nós são naturalizadas, que por vezes, é cometido pela falta de entendimento da problemática, mas que atinge a integridade moral, psicológica, física e emocional do outro.

Alguns docentes citam que a prevenção na problemática das violências em contexto escolar não pode ser resolvida somente dentro da escola devido à violência ser um fenômeno amplo, que é parte estruturante da sociedade enquanto sistema capitalista, ocorrendo nos micros e macros processos, sendo reproduzidas e produzidas intramuros e extramuros da escola. Eliminar a violência na sociedade exige outros fatores, principalmente, a reconstrução ou mudança do sistema atual, mas a escola tem um papel fundamental como espaço social e educativo de transformação. Através do conhecimento é possível, mesmo que a longo prazo, plantar sementes que frutificarão, podendo trazer mudanças na estrutura do sistema atual. Além disso, a escola também tem o dever de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes estabelecidos por lei, pois a escola é parte da Rede de Proteção de crianças e adolescentes, sendo esta

O conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil. [...] Essas

redes podem ter abrangência municipal, estadual, nacional ou internacional (Brasil, 1990, p. 86).

## 5.2 POSVENÇÃO

Passamos agora para as intervenções do tipo posvenção, as quais ocorrem posteriormente ao acontecimento ou situação de violência identificada na escola. Nos artigos em análise foram enfatizadas duas dimensões principais relacionadas à posvenção: identificação e ação de enfrentamento. A identificação é a primeira dimensão, ocorre pela observação, é o olhar sensível do/a professor/a que percebe as múltiplas violências que se apresentam. Esse olhar sensível requer conhecimento da problemática das violências que ocorrem tanto no espaço da escola como as que acontecem fora do contexto escolar, mas são identificadas /ou reveladas na escola. A falta de formação adequada pode dificultar o processo de identificação, pois é a concepção de violência que influencia no intervir.

Portanto, antes de introduzir nossa análise sobre tais intervenções de posvenção, faremos uma breve contextualização sobre o resultado da pesquisa de Silva (2020), que analisou os artigos de 2003 a 2019, com foco na concepção dos/as professores/as sobre a violência em contexto escolar. Após a leitura, sistematização, organização e análise dos 22 artigos, a autora destaca que quando os/as docentes foram questionados sobre o que são as violências, foram apontadas nos estudos as seguintes respostas:

à violência psicológica e violência física, sendo evidenciadas a agressão física e verbal como as formas mais frequentes [...] As violências menos evidenciadas na coleta de dados foram as violências sexuais; violências estruturais; violências de gênero; violências simbólicas; violências institucionais; violências domésticas; violências intrafamiliares; violências que a escola produz; e negligência (Silva, 2020, p. 45-47).

No decorrer da análise da autora, observa-se a carência de profundidade no discurso dos/as professores/as por falta de conhecimentos e formação adequada, que lhes possibilite lidar com a complexidade da problemática das violências. A conclusão de (Silva, 2020, p. 64) aborda a “violência como complexa em sua definição por ser constituída por tipos, formas, modalidades, classes, causas, consequências, espaços, sujeitos, contextos, marcadores sociais, entre outras particularidades”.

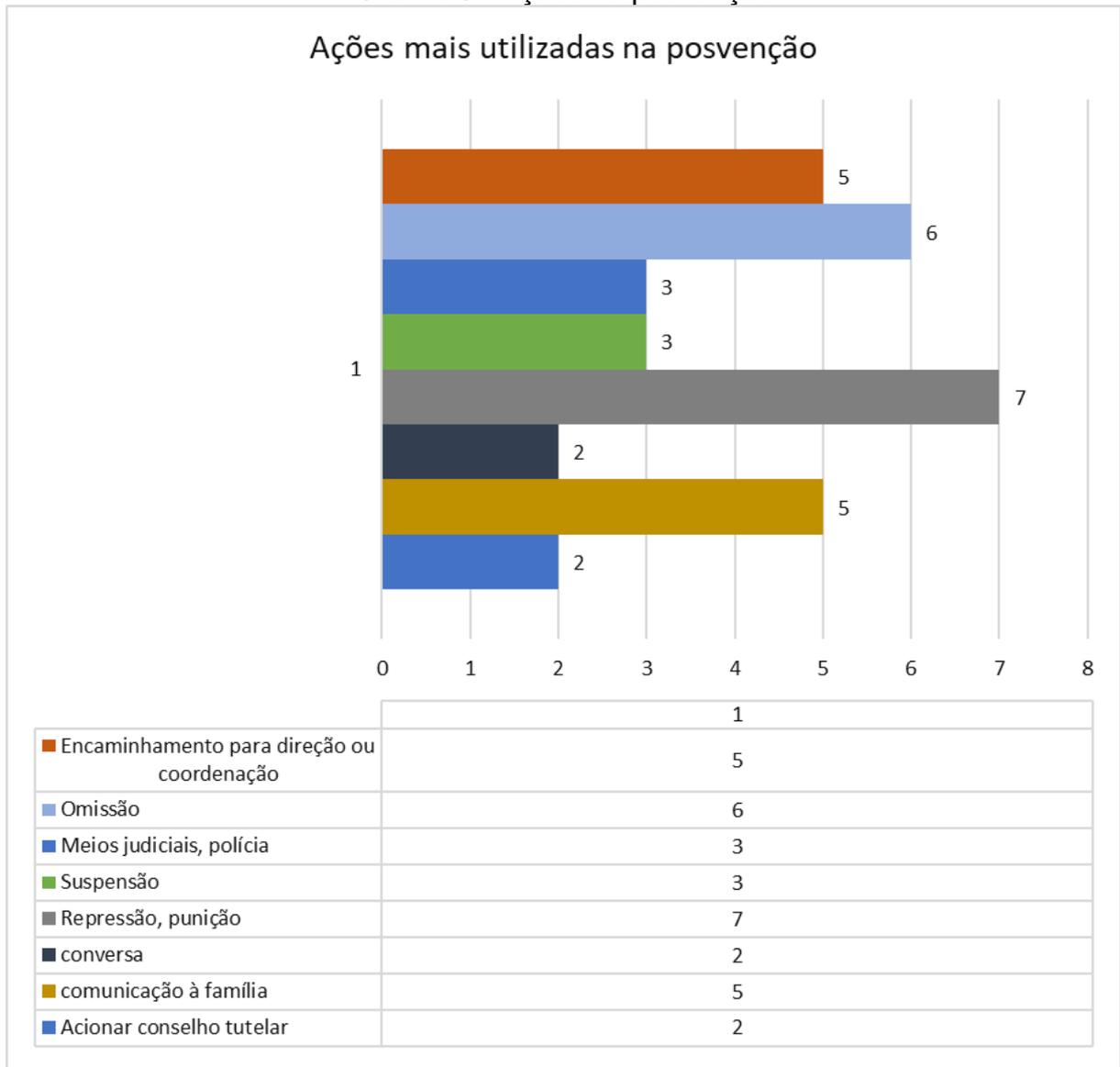
A identificação das violências são pontuadas em seus estados e níveis mais graves, em que se pode ver as marcas físicas e mudanças acentuadas de

comportamento, passando “despercebidas” as manifestações mais sutis e estruturais. Além disso, os/as professores/as citam a necessidade de vários fatores para que se comprove que estão identificando uma violência. Por este motivo, acabam percebendo mais a violência exposta, enquanto as mais sutis são negligenciadas. Porém, não significa que por serem menos visíveis aos nossos olhos que suas consequências sejam insignificantes, visto que a multidimensionalidade das violências podem alcançar níveis profundos do ser, que nem mesmo temos compreensão de sua totalidade. Então, as crianças e adolescentes acabam, por vezes, sofrendo mais uma violação dos seus direitos quando não garantimos a proteção e o cuidado das mesmas, indo de encontro à garantia dos direitos humanos.

A falta de conscientização mais ampla e profunda sobre as violências e os direitos das crianças dificulta a dimensão da identificação, conseqüentemente, a segunda dimensão que é a ação de enfrentamento, não se concretiza da melhor forma possível, pois esta precisa ser realizada pelos/as professores/as após a violência ter sido identificada, buscando intervir de forma a garantir a segurança e proteção daqueles que vivenciam a violência na escola ou que revelam violências sofridas fora da escola.

Dentro dessa subcategoria de posvenção fizemos um levantamento de quais ações de enfrentamento eram mais citadas pelos/as professores/as.

Gráfico 3 - Ações na posvenção



Fonte: elaborado pela autora.

As ações de posvenção mais citadas foram repressão/punição com 07 aparições; conversa com 02; omissão com 06; comunicação à família com 05; encaminhamento para a direção ou coordenação com 5 aparições; meios judiciais e polícia são citadas 03 vezes. E a ação que menos apareceu foi acionar conselho tutelar, com 02 aparições.

A repressão/punição foi a ação de enfrentamento mais utilizada para o enfrentamento da violência em contexto escolar. Ocorre através de ações punitivas em que as crianças e adolescentes sofrem consequências para aprenderem a não cometer novamente as violações. Ou seja, ações que podem vir a se configurar como outra violência, à medida que entra no campo da culpabilização individual, da

revitimização ou exposição indevida da criança ou do/a adolescente, eximindo a escola de seu papel educativo e protetivo.

A repressão/punição está tão enraizada em nossa sociedade que tornou-se normal intervir em uma violência a partir de outra, vemos um jogo de poder e hierarquia na relação criança/adolescente e adulto. Contudo, reflete-se: a criança não pode agir com violência com o colega, mas nós, em nosso cargo de poder, temos questionado nossa ação de desrespeito e violação ao promover ações que punem e amedrontam? Será que não temos visto nossa postura ameaçadora que busca controlar crianças e adolescentes? Os/As professores/as necessitam de conhecimentos profundos sobre a problemática das violências, para que limpem suas lentes desfocadas, que atrapalham de enxergar as múltiplas violências que também cometem. Esse não é um discurso de culpabilização, mas de reflexão sobre nossa formação, de como é urgente que nos apropriamos adequadamente para sabermos lidar com a problemática a partir de uma postura acolhedora, conscientizando por meio do respeito (Korczak, 1986). Além disso, de acordo com Menegotto e Machado (2018, p. 332) “uma postura punitiva permanece acompanhada de certa omissão, uma vez que o professor repassa o problema para o setor pedagógico, não considerando sua amplitude e complexidade”.

A omissão aparece nas pesquisas analisadas, e entendemos que ela não deixa de ser uma ação de intervenção posventiva, pois a não ação produz efeitos, seja de silenciamento e/ou negligência. Nos discursos dos/as professores/as vemos que existem muitas justificativas para a omissão, alguns naturalizam algumas formas e tipos de violência, outros não sabem o que fazer, desconhecem as leis, organizações e instituições legais que garantem os direitos das crianças e adolescentes, e professores que relatam o medo de prejudicar a situação da criança que sofreu a violência, como observamos no artigo de Siqueira, Alves e Leão (2012, p. 67):

[...] se há denúncia, com quem a criança vai ficar? (participante 13). [...] muitas vezes, eu tenho muito medo, não sei como eles vão reagir. Às vezes, não falo com os pais, tenho medo que bata na criança (participante 1). [...] identificar, e o segundo passo é: que atitude tomar? [...] Prejudicar a criança ainda mais? Porque essa criança pode sofrer uma violência maior. É complicado isso, é bem difícil (participante 5).

Como vemos, a omissão como uma possibilidade de prática por parte dos/as professores/as pode gerar muitos embates. Se por um lado ela pode ocorrer pela não identificação da violência, pela dificuldade do reconhecimento das violências, ela também pode ser intencionalmente utilizada. Neste caso, a ação de enfrentamento não ocorre de forma adequada, negligenciando os direitos estabelecidos por lei e cometendo mais uma violação, colaborando para a permanência dos sujeitos nos contextos de violência.

[...] o Brasil possui uma legislação atenta à proteção de situações de violência vivenciadas por crianças e adolescentes, sendo necessário que os profissionais da educação tenham conhecimento sobre essas disposições e que possuam capacitação para realizar o melhor encaminhamento. A identificação, o enfrentamento e o combate da violência contra crianças e adolescentes não apenas se constituem um compromisso bioético tanto para os profissionais da saúde, da educação e a sociedade, mas também representam uma tarefa legal, tendo em vista que a não notificação leva a penalizações previstas na lei (Siqueira; Alves; Leão, 2012, p. 64).

A conversa apareceu 02 vezes como mediação de conflitos, uma ação imediata que intervém na violência, de modo a apaziguar e conscientizar os envolvidos sobre o ocorrido, assim como busca compreender as causas e motivos dos comportamentos violentos, tanto entre os próprios estudantes, como estudantes e professores/as. No entanto, a mediação por conversa apresentou controvérsias entre professores/as, pois alguns tentam por meio da intimidação fazer com que os estudantes assumam seus erros sem buscar discutir mais profundamente novas formas de se relacionar com respeito. Já outros, conversam de forma afetiva e empática, como por exemplo;

Em uma das reuniões, um determinado professor relatou o caso de um aluno que sempre o tratava com hostilidade, mesmo que ele nada tivesse feito à criança. A raiva expressa que o menino demonstrava fez com que o educador parasse para questioná-lo sobre a violência gratuita com que o tratava. No momento em que o professor argumentou que nunca havia feito nada que prejudicasse o menino, questionando-o de forma leve e branda, o aluno começou a chorar, demonstrando que o ato do professor teve para aquele aluno o valor de uma intervenção capaz de interromper um ciclo repetitivo de ódio sem endereçamento e sem possibilidade de acolhimento (Arreguy; Coutinho, 2015, p. 286).

Ao ver que o menino expressava sua raiva de forma violenta ao professor, o mesmo conversou com a criança intervindo com respeito, expressando sua afetividade. Nesse exemplo podemos ver como é possível através da conversa respeitosa e acolhedora ter uma ação de enfrentamento efetiva em situações em que a violência é identificada nas relações, visto que, a dimensão da afetividade também

faz parte do cuidado, quando negamos o respeito e a afetividade não estamos cumprindo em sua totalidade o cuidado. A raiva do menino que aparentemente é gratuita, na verdade é um modo de expressar as emoções que o mesmo não consegue lidar sozinho. O que será que esse menino está sentindo? O que poderia ter causado isso? Importante lembrarmos a multidimensionalidade do cuidado em todo espaço/tempo da escola, e principalmente na intervenção. Intervir é um ato de cuidado, mas o cuidado é amplo e multidimensional, e essa multidimensionalidade deve ser respeitada nas intervenções como um todo para que ocorra de forma adequada e garanta o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes.

O encaminhamento para a direção ou coordenação é citado 5 vezes, é a ação que o/a professor/a faz de encaminhar uma situação de violência ou conflito para que seja resolvida por estes setores, dependendo da situação vai estar entrelaçada às outras ações de enfrentamento como suspensão; repressão, punição; comunicação a família; conselho tutelar; acionamento judicial e policial.

A ação de comunicação da situação de violência à família dos envolvidos, envolve dialogar com os responsáveis das crianças e adolescentes sobre as violências que os/as professores/as identificaram, buscando construir com a família formas de lidar e agir com os sujeitos. Comunicar a violência à família é visto, por muitos/as professores/as como o ideal, pois o comportamento da criança/adolescente seria reflexo da relação com a família.

“[...] vai refletir aqui na escola essa falta de carinho da família, ou não tem o pai ou não tem a mãe. Ou quando tem são pessoas que têm problema com o álcool e outras drogas” (P7). “Você passa a tarde toda resolvendo problema [...] Essas ofensas que ocorrem, esses deboches, eles trazem de casa” (P5). “Nós não temos formação específica pra resolver problemas de psicólogo, de assistente social. A escola deveria ter esses profissionais. Até exame de acuidade visual a gente tem feito. E o pai não perceber isso, fico chocada” (P4).; “[...] a escola tem um papel importante, mas de novo, sem a família não dá pra fazer nada não. A escola ajuda, pode chamar os pais a abrir os olhos, mas o pai deve tomar providência” (P1); “[...] “acho que a escola deve alertar os pais para cuidar dos filhos, para passar tempo com eles mesmo, sabe? Tempo de qualidade e que a criança não se sinta com raiva ou sozinha mesmo” (P2); [...] “nós estamos fazendo aqui na escola algumas intervenções muito importantes em relação à violência [...]. Então nós tivemos uma ideia de fazer reuniões que são chamadas reuniões da família (P8) (Salgado; Oliveira; Silva; Pereira; Silva; Lourenço, 2020, p. 4).

Percebe-se a culpabilização e responsabilização que parte dos/as professores/as colocam sobre as famílias na problemática das violências que ocorrem na escola (*bullying*), na concepção deles a causa está na falta de carinho e atenção

não recebida da família, e a intervenção também é colocada como responsabilidade da família, pois a escola sozinha não teria como efetivar.

Certamente a intervenção quando feita junto com a família, em alguns casos, é mais eficiente, porém em casos que existe violência intrafamiliar não é possível seguir este meio, pois poderia prejudicar ainda mais as crianças e os adolescentes. Muitas famílias cometem violência intrafamiliar de forma naturalizada, por pensarem que estão dando limites e educando. Portanto, avisar a família sem saber o contexto que o sujeito vive é ser negligente com outras formas de violência extramuros da escola. Fazer uma intervenção junto à família implica trazer a conscientização para a mesma, somente assim poderão caminhar juntas de forma adequada na intervenção que acontece na pós-venção. Por isso os/as professores/as precisam ampliar seus conhecimentos sobre as violências que acontecem dentro e fora da escola, bem como sobre as melhores práticas para o seu enfrentamento, buscando ações de pós-venção que não sejam somente transferir o problema para a família.

A suspensão como estratégia, ocorre a partir do encaminhamento que o/a professor/a faz do/a estudante para a direção da escola. Essa ação busca barrar a violência por meio do afastamento do sujeito, no entanto, exclui-se o indivíduo retirando seu direito de acesso e permanência na escola por um período. Além do estigma que é colocado no sujeito, o que os/as professores/as fazem quando o aluno volta para sala de aula? Mais uma vez vemos que há uma intervenção por meio de outra violação. Importante pensarmos também que muitas vezes a escola é o lugar mais seguro que o/a estudante tem, muitos vivem em contextos de violência familiar ou na rua que não são relatadas na escola. Existem sujeitos que não tem moradia confortável, segura e alimento para todos os dias, encontrando na escola não só o ensino e aprendizagem, mas o acolhimento, conforto, comida e amparo. A suspensão passa longe de ser uma ação adequada de pós-venção, mostrando-nos como não temos compreendido a complexidade das violências que podem afetar os estudantes. A ação de suspensão do estudante, também aponta para o fortalecimento do binômio autor/a versus vítima e a perspectiva de criminalização de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência no contexto escolar.

Acionar meios judiciais e polícia após situações de violência também aparecem. Observamos que em sua maioria é um tipo de ação usada para as violências extramuros da escola, mas também há o acionamento para violência

intramuros da escola e a demanda da presença policial no espaço escolar para mediar os conflitos. Em uma das pesquisas analisadas “Uma professora enfatiza que ‘a presença da polícia dentro da escola resolveria metade dos problemas de *bullying* e violência, os alunos teriam medo e se intimidariam” (Mezzalira; Fernandes; Santos, 2021, p. 3). Novamente vemos o discurso e ações punitivas como meio de enfrentamento à violência, buscando controlar os corpos e as relações sem trazer uma proposta educativa que possa ajudar na constituição de modos de se relacionar respeitosamente.

Mudar a forma de uma punição, ou atenuá-la, não significa que você não a empregue. Que um castigo seja severo, pequeno ou apenas simbólico, as crianças sempre o temem. Você sabe disso e seu raciocínio é esse: se as crianças têm medo, a disciplina está salva. Pode-se fustigar a sensibilidade, o amor-próprio da criança da mesma maneira como antigamente se fustigavam seus corpos (Korczak, 1997, p. 204).

Ressaltamos que não é pela via da opressão e repressão que podemos ajudar o indivíduo a se conscientizar sobre as violências, pois estaremos agindo de forma desrespeitosa e violenta. Essa ação de enfrentamento é usada como meio de se livrar de um “incômodo”, sendo mais fácil atribuir a responsabilidade da problemática aos meios legais. Assim o/a professor/a e a escola não precisam se preocupar com algo além da sistematização e transmissão de conteúdos. No entanto, a escola é um espaço de desconstrução e construção, mas que pode reproduzir as múltiplas violências pela falta de formação adequada sobre a problemática das violências, o que resulta em ações de enfrentamento inadequadas.

Para finalizar as ações de posvenção temos por último o conselho tutelar que foi citado apenas em 2 nos artigos analisados, mas só um artigo relata a notificação ao conselho, aparecendo uma outra vez em um quadro com ações feitas e possíveis ações a serem feitas. Não houve detalhamento em nenhum artigo sobre este tipo de intervenção. Embora todos os artigos tenham apresentado concepções dos/as professores/as sobre as violências (causas, tipos, formas de violência e intervenções), observamos que o conselho tutelar apenas foi citado sem definição de seu papel principal. No entanto as violências foram, em sua maioria, identificadas pelos/as professores/as, mas a notificação não foi executada. Porém o conselho tutelar tem um papel fundamental na consolidação da proteção e fiscalização dos direitos das crianças e adolescentes. Sendo criado a partir do ECA, que responsabiliza os estados e municípios a implementação de políticas públicas que garantam a efetivação dos

direitos das crianças e adolescentes, conforme o artigo 131 do mesmo, o conselho tutelar é um órgão autônomo “[...] uma vez criado por lei municipal não poderá mais ser desconstituído” (Rosário, 2002, p. 18). De acordo com Cortes (2005), o conselho tutelar é o executor das políticas, que age de forma articulada com o ministério público e poder judiciário na proteção dos direitos. Pode tanto atuar na prevenção da violação, quanto no encaminhamento de providências judiciais que não são de sua competência.

Buscando refletir a relação dos/as professores/as com o conselho tutelar, analisei minha jornada no Curso de Pedagogia da UFSC. Durante os 05 anos de formação não tive nenhuma disciplina obrigatória que abordasse o conselho tutelar, as poucas vezes que ouvi sobre ele foi apenas mencionado em sua nomenclatura. Estudamos no curso sobre o direito à escola, ao ensino e aprendizagem, mas não me recordo de nenhuma aula que buscou aprofundar o ECA e o conselho tutelar, de forma a relatar sua função, e como proceder nos encaminhamentos em situações de violências e violação de direitos. Isso se reflete no momento em que escrevo esse TCC, não tendo uma formação para discutir de modo amplo e profundo sobre o mesmo. É neste momento de construção desse trabalho que me dei conta da necessidade desse conhecimento, percebendo que minha formação precisa de mais expansão sobre a temática, almejando a formação continuada. Reflito se o número de notificações pode estar ligado ao desconhecimento que os/as professores/as têm sobre o conselho tutelar, visto que nas considerações dos artigos são ressaltadas a falta de preparo dos/as professores/as devido à falta de formação na problemática das violências.

## 6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou investigar, a partir da concepção dos/as professores/as sobre violência, as intervenções que foram feitas em contexto escolar. Todos os 17 artigos analisados foram constituídos por pesquisas de campo, ou seja, realizaram principalmente entrevistas e questionários com docentes, em sua maioria, de escolas públicas. Fizemos uma leitura na íntegra dos estudos buscando as possibilidades de intervenções na problemática, sendo criadas duas subcategorias descritas como prevenção e posvenção. A primeira se refere às medidas e ações usadas pelos/as professores/as que visam prevenir e reduzir as problemática da violência; já a segunda diz respeito às ações de enfrentamento após a violência ter sido identificada em contexto escolar.

Durante nossa análise dentro das subcategorias identificamos e separamos as ações de prevenção e posvenção. Na primeira subcategoria agrupamos ações descritas como: afeto; ações educativas e regras escolares. Na posvenção agrupamos as ações descritas como: acionar conselho tutelar; omissão; conversa; repressão/punição; suspensão; meios judiciais/polícia; encaminhamento para a direção ou coordenação; comunicação à família. As possibilidades de intervenção que mais apareceram foram aquelas vinculadas à posvenção.

A intervenção preventiva mais utilizada pelos/as professores/as foi a ação denominada como “ações educativas”, que está no plural pois ela se manifesta através do diálogo, debates, pesquisas e palestras que visam trazer a conscientização sobre as violências e sua prevenção pelo viés educativo. Observamos que todas as ações educativas objetivaram a conscientização das violências que ocorriam no espaço escolar, mais especificamente o *bullying*. No discurso dos/as professores/as muitos compreendiam que as violências que buscavam combater e reduzir na escola eram reflexo das violências extramuros da escola. No entanto, essas ações educativas não buscaram a conscientização das violências extramuros de forma aprofundada, portanto a prevenção da violência centrou-se na incidência e prevalência do *bullying*, *cyberbullying* e da violência nas relações entre professores/as e alunos/as.

Além disso, destacamos que as regras escolares e ações educativas, em algumas manifestações, não contemplaram a multidimensionalidade do cuidado, visto que o enfoque da prevenção era punitivo.

Trazemos como foco de investigação, também, averiguar se o cuidado está contido nessas ações. Abordamos o cuidado como multidimensional, pois em nossa perspectiva ele se expressa de diferentes formas e tipos, estando relacionado a todas as áreas da vida. Compreendemos que o cuidado é parte indissociável do educar, que entre o educar e o cuidar também temos o intervir, onde intervenções adequadas são consequências do alinhamento e integração do cuidado com a prevenção e posvenção, garantindo sua totalidade e efetivação.

Na posvenção a ação mais utilizada foi repressão/punição que consiste em intervenções que trazem consequências aos atos cometidos na escola. Ao analisarmos as outras ações de posvenção, como por exemplo a suspensão, vemos que o caráter punitivo também é parte constituinte, o que nos leva a repensar nossa ação docente nas práticas interventivas e retomarmos o cuidado como parte indissociável de todo espaço e tempo da educação, visto que, é preciso que seja incorporado em nós a teoria na prática docente.

Aproveito essas informações em relação a punição como forma de intervenção para relacionar com minha experiência de trabalho e estágios obrigatórios na educação infantil e anos iniciais, fazendo aqui uma reflexão necessária dentro da educação. Sabemos que os conflitos e violências se manifestam desde o berçário, como por exemplo os conflitos dos bebês com seus pares, eles avistam o mesmo brinquedo e ambos almejam tê-lo, choram, mordem um ao outro, e o que muitas vezes fazemos diante disso é retirar o brinquedo de ambos, ou tomar de um e dar ao outro, pois assim pensamos ser o certo, vendo que a resolução do conflito é a retirada do brinquedo. Com as crianças maiores até mesmo falamos “se houver briga fica sem o brinquedo”, ou seja, enfrentamos um conflito e uma violência por meio de uma ação punitiva, que tira o brinquedo como consequência. Muitos de nós tem o entendimento que essa ação é necessária, é o correto, isso deve-se ao fato de não termos conhecimento de outros meios para realizar uma mediação qualificada, ao mesmo tempo que naturalizamos a punição, desconsiderando que essas ações de repressão podem ser violentas. Porém, podemos usar esse exemplo dos bebês e a disputa pelo brinquedo para pensarmos meios de ensinar os bebês, crianças e adolescentes a

dividirem, a compartilhar o brinquedo e a brincadeira, assim como ensinar a respeitar o momento de brincadeira do colega, a entender que é desrespeitoso tomar o brinquedo do outro, também podemos ajudá-los a lidar com as frustrações que sentem.

No cotidiano das escolas nos deparamos com múltiplas violências, e um olhar sem formação adequada para lidar com a problemática pode, por vezes, tomar o comportamento das crianças e adolescentes de forma culposa, um “mau” comportamento, e para dar limites e controlar esses comportamentos agimos de forma punitiva. Então nos parece correto diminuir o tempo do recreio, proibir o parque, e para as crianças maiores e os jovens a suspensão. A punição, como intervenção em situações de violência é utilizada como forma tanto de prevenir para que não aconteça mais como forma de punir os autores de violência. Se temos encontrado essas saídas para resolver os conflitos e violências é porque ainda nos falta compreender a problemática das violências e a multidimensionalidade do cuidado.

Destacamos também a ação de omissão, pois esta foi a segunda ação mais usada na posvenção. Muitos/as docentes ao identificarem as violências, principalmente as violências intrafamiliares e domésticas, não sabiam como proceder o encaminhamento, e até mesmo expressavam o medo de prejudicar mais as vítimas. E na esteira disso, é que a ação de acionar o conselho tutelar aparece por duas vezes apenas. Sugerimos que mais pesquisas sejam realizadas com o enfoque tanto de analisar as concepções dos/as professores/as sobre as omissões, como suas causas e consequências. Do mesmo modo, mais pesquisas devem ser feitas para analisar a relação dos/as professores/as e da escola com o conselho tutelar, bem como buscar investigar se os/as docentes têm em sua formação um aprofundamento sobre o conselho tutelar, sobre seu papel e como fazer a notificação.

Algumas ações de prevenção e posvenção analisadas não se apresentaram de forma adequada como mencionamos anteriormente, e ao analisar o motivo de muitas serem inadequadas agrupamos alguns fatos que pensamos ser importante para a efetivação de uma intervenção que vise o enfrentamento das violências por meio de práticas educativas e transformadoras. O fator principal é a formação inicial e continuada de professores/as, visto que sem a formação que abrange a complexidade da problemática das violências não é possível intervir adequadamente. Junto a isso, atrelamos a falta de conhecimento sobre a violação dos direitos da

criança e do adolescente, assim como o desconhecimento dos órgãos de proteção e do próprio papel da escola.

Ao chegar nesse momento da conclusão deste trabalho volto meu olhar para algumas das perguntas feitas no contexto/justificativa deste trabalho. Através do caminho percorrido na pesquisa e da minha percepção mais apurada encontrei respostas para essas perguntas. “É dever do/a professor/a intervir?”. Não só é um dever, mas também uma obrigatoriedade constituída por lei, no entanto, o desconhecimento das leis e órgãos que garantem os direitos das crianças/adolescentes a proteção, segurança e bem estar, faz por vezes professores/as e equipe escolar responsabilizar apenas os pais ou meios legais pela intervenção, omitindo as violências e acarretando na permanência dos sujeitos em contextos violências.

Ao refletir se nossa formação nos dá bagagem teórica que nos traga a compreensão sobre a problemáticas das violências a resposta é não, ainda nos falta muito a compreender, não temos conscientização das formas, tipos, causas, ocorrências, consequências, do mesmo modo que nosso olhar ainda inviabiliza muitas manifestações de violência, e nem ao menos sabemos reconhecê-las e nomeá-las. A última pergunta desta reflexão que busco responder é “nós sabemos lidar com as manifestações das violências?”, a resposta é não. Um fato que nos comprova esse dado é o que esta pesquisa nos mostra sobre as ações mais utilizadas na posvenção, visto que seguem o enfoque punitivo e de omissão. Não sabemos lidar por ainda não termos entendido a complexidade das violências, sem essa compreensão mais profunda nossas ações serão rasas tanto quanto nossa visão.

Consideramos importante uma formação inicial e continuada que vise preparar os/as professores/as para as ações de intervenção, sobretudo educativas e preventivas, incluindo uma abordagem complexa sobre a relação entre violências, sociedade e escola, bem como conteúdos sobre os órgãos protetores dos direitos das crianças e dos adolescentes, em especial o conselho tutelar.

Salientamos a importância da gestão escolar, docentes e estudantes elaborarem projetos de prevenção às violências na escola como um espaço aberto à comunidade e às famílias, buscando trazer para o coletivo a conscientização sobre as diferentes formas de expressão das violências e seus efeitos nas relações sociais e educativas. Assim, consideramos importante que a escola junto aos/às professores/as

construam intervenções no sentido preventivo como um todo, relacionadas às violências intramuros e extramuros da escola. Em relação a prevenção enfatizamos que muitas ações com enfoque punitivo e de omissão precisam ser repensadas e desconstruídas nas nossas ações de enfrentamento. Do mesmo modo é importante planejar novas ações que estejam imbricadas com a multidimensionalidade do cuidado.

## REFERÊNCIAS

- ARREGUY, Marília Etienne; COUTINHO, Luciana Gageiro. Considerações sobre afetos e violências no espaço escolar: conversações com professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 279-298, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698132854>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 13 nov. 2023.
- CAMPOS, Maria Malta. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. *In: POR UMA POLÍTICA de formação do profissional de educação infantil*. Brasília, DF: MEC, 1994). p. 32-42. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002343.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- CARVALHO, Mirian Alves; BARROCO, Sonia Mari Shima. A violência na educação: considerações de professores violentados. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, n. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021223573>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- CORTES, Soraya M. Vargas. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 25, p. 143-174, jun. 2005.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Que é análise de conteúdo?**. Campinas: Papyrus, 1984.
- GROFF, Apoliana Regina; LEANDRO, Gabriel Carvalho; LOBO, Julia Polizeli; ALVES, Juliana de Oliveira; MORAES, Marta Côrrea de. Estado da Arte sobre Violência e Escola: Análises e Problematizações Ético-Políticas. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 604–623, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68639>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- KORCZAK, Janusz. **Como amar uma criança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KORCZAK, Janusz. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986.
- MEZZALIRA, A. S. da C.; FERNANDES, T. G.; SANTOS, C. M. L. dos. Os desafios e as estratégias da psicologia escolar no enfrentamento do bullying. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, n. 25, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021237016>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sérgio; DIAS, Francielle Xavier. Representações sociais da violência em professores da escola pública. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 240-257, dez. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072013000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072013000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 nov. 2023.

PINGOELLO, Ivone; HORIZUELA, Maria de L. **A inclusão do tema violências escolar no currículo de formação docente**. São Paulo: [s. n.], 2008.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzeli Faria; HAYASHI, Maria Cristina P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ROSÁRIO, Maria. O Conselho Tutelar como órgão de defesa de direitos num cenário de exclusão social. *In*: NAHRA, C. M. L.; BRAGAGLIA, M. (org.). **Conselho tutelar: gênese, dinâmica e tendências**. Canoas: ULBRA, 2002.

SALGADO, Fellipe Soares; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz da; PEREIRA, Beatriz Oliveira; SILVA, Marta Angélica Iossi; LOURENÇO, Lélío Moura. Bullying no ambiente escolar: compreensão dos educadores. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 58 - 64. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.v30.9969>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SILVA, Sâmila Ferreira da. **Concepções dos(as) professores(as) sobre violências e escola**: uma pesquisa bibliográfica na área da psicologia (2003-2019). 2020. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228210>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ALVES, Cássia Ferrazza; LEAO, Flavia Elso. A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. **Psicologia teoria e prática**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 62-71, 2012.

ZICK, Greicimára S. N. Os fatores ambientais no desenvolvimento infantil. **Revista de Educação do IDEAU**, Bagé, v. 5, n. 11, p. 2-18, jan./jun. 2010. Disponível em: [https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files\\_mf/56b7657049c83ccdb5679e9c111f892d176\\_1.pdf](https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/56b7657049c83ccdb5679e9c111f892d176_1.pdf). Acesso em: 18 nov. 2023.